



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ATA DA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, REALIZADA EM **01 DE ABRIL DE 2015**.

01 Ao 1º (primeiro) dia do mês de abril de 2015, às 9:00 horas, na sala de reuniões
02 "Prof. Moacyr Gomes de Freitas" (bloco F1, prédio do ICB), mediante prévia
03 convocação individual, reuniu-se a Congregação do Instituto de Ciências Biológicas,
04 sob a presidência da Diretora da Unidade, Professora Andréa Mara Macedo, com as
05 seguintes presenças: *Professores*: Carlos Augusto Rosa (Vice-Diretor), Paulina Maria
06 Maia Barbosa (chefe do Departamento de Biologia Geral), Carlos Renato Machado
07 (chefe do Departamento de Bioquímica e Imunologia), João Aguiar Nogueira Batista
08 (subchefe do Departamento de Botânica), Antônio Carlos Pinheiro de Oliveira
09 (subchefe do Departamento de Farmacologia), Márcio Flávio Dutra Moraes e Lígia
10 Araújo Naves Kushmerick (chefe e subchefe do Departamento de Fisiologia e
11 Biofísica), Patrícia Silva Cisalpino (chefe do Departamento de Microbiologia), Tânia
12 Mara Segatelli (chefe do Departamento de Morfologia), Ricardo Gonçalves (chefe do
13 Departamento de Patologia Geral), Fernando Amaral da Silveira (chefe do
14 Departamento de Zoologia), Adriano Pereira Paglia (coordenador do Colegiado do
15 Programa de Pós-graduação em Ecologia, Conservação e Manejo de Vida Silvestre),
16 Cristina Guatimosim Fonseca (coordenadora do Colegiado do Programa de Pós-
17 graduação de Biologia Celular), Rosy Mary dos Santos Isaías (coordenadora do
18 Colegiado do Programa de Pós-graduação em Biologia Vegetal), Jader dos Santos
19 Cruz (coordenador do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Bioquímica e
20 Imunologia), Miriam Teresa Paz Lopes (subcoordenadora do Colegiado do Programa
21 de Pós-graduação em Fisiologia e Farmacologia), Ana Lúcia Brunialti Godard
22 (coordenadora do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Genética), Érika
23 Martins Braga (coordenadora do Colegiado do Programa de Pós-graduação em
24 Parasitologia), Paulo Christiano de Anchieta Garcia (subcoordenador do Colegiado
25 do Programa de Pós-graduação em Zoologia); Denise Maria Trombert de Oliveira,
26 Walderez Ornelas Dutra e Santuza Maria Teixeira Ribeiro (representantes dos
27 professores titulares), Elder Antônio Sousa e Paiva, Miguel José Lopes, Ricardo
28 Toshio Fujiwara e Helton da Costa Santiago (representantes dos Professores das
29 diversas categorias); Hélio Chiarini Garcia (Diretor do CAPI); Steyner de França
30 Côrtes (Diretor do CEBIO); *Representantes dos Servidores Técnicos-Administrativos*:
31 Jacqueline Barbosa Oliveira Viana, Kayla Veruska Lopes da Silva/Frankcinéia

32 Aparecida Assis (titular e suplente), Iuri Fortes Pereira e Elmo José do Carmo Silva;
33 *Representantes Discentes:* Thiago Santos Tinôco, Pammella Teixeira de Paula e
34 Agnelo César Rios Picorelli. **Justificaram ausência:** Élida Mara Leite Rabelo (chefe
35 do Departamento de Parasitologia), Anilton César Vasconcelos (representante dos
36 professores titulares); *Representantes dos Servidores Técnicos-Administrativos:*
37 Creuza Maria Carvalhaes Henrique/Daniel Inês dos Santos Filho (titular e suplente),
38 **Não compareceram:** *Professores:* Alfredo Hannemann Wieloch (Coordenador do
39 Colegiado do Curso de Ciências Biológicas), Vasco Ariston de Carvalho Azevedo
40 (coordenador do Colegiado do Programa de Pós-graduação em Bioinformática),
41 Paulo César Peregrino Ferreira (coordenador do Colegiado do Programa de Pós-
42 Graduação em Microbiologia), Carmem Elvira Mendoza Flores (coordenadora do
43 Colegiado do Programa de Pós-graduação em Neurociências), Maria Raquel Santos
44 Carvalho e Eduardo Martin Tarazona Santos (representantes dos Professores das
45 diversas categorias); Janice Henriques da Silva (coordenadora do CENEX);
46 *Representantes Discentes:* Rayane Silva Guedes e Fabíola Amaral Ladeira. Havendo
47 *quorum* regulamentar, a Senhora Diretora assumiu a Presidência, cumprimentou os
48 presentes e abriu os trabalhos. A subchefe do Departamento de Fisiologia e Biofísica
49 compareceu ao início da reunião e se ausentou com a chegada do Chefe. A Diretoria
50 deu boas-vindas ao representante discente Thiago Tinôco. **ORDEM DO DIA: 1)**
51 **Comunicações: a)** houve ontem a reunião do Conselho Universitário que tratou de
52 festas ocorridas na FAFICH, regulares nas quintas e sextas-feiras, com proporção
53 que foge ao controle e que culminou com notícia na mídia que expõe a Unidade e a
54 Universidade (tráfico de drogas). A Congregação da Unidade tomou a decisão de
55 proibir as festas e fechou e modificou o local do D.A. Como consequência disso e
56 tendo em vista a aprovação do orçamento da UFMG o Reitor anunciou que vai
57 reverter a redução do quadro de seguranças e vigilantes da Universidade,
58 restabelecendo o patamar anterior aos cortes. O ICB foi mencionado como Unidade
59 que já implantou o sistema de catracas para controle de acesso. Houve episódio de
60 evento no DA ICB, de festa não comunicada à Diretoria, com público que também
61 perdeu controle, com denúncia da vigilância da Universidade. Em decorrência, os
62 responsáveis pelos DAs foram chamados pela Diretoria e se comprometeram a não
63 fazer mais festas por conta da divulgação nas mídias eletrônicas. B) Informou que o
64 pedido da Congregação ao CEUA em 13/08/14 para reunião com a comunidade do
65 ICB, recebeu resposta de que estavam passando por mudança de Diretoria e que
66 com a implantação da nova Diretoria atenderiam ao pedido e, além disso, informaram
67 que, juntamente com o COEP, estão organizando um Simpósio, ainda para o 1º
68 semestre de 2015, para a comunidade. **2) Aprovação da ata da reunião de**
69 **27/02/2015:** a ata foi aprovada com uma abstenção, resguardadas as alterações

70 sugeridas. Em seguida a senhora Diretora informou ter recebido ofício do
71 Departamento de Biologia Geral, assinado pela Chefia de Departamento e pelos
72 Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação, solicitando a retirada dos itens 7,
73 8 e 9 da pauta desta reunião, para que antes sejam “*discutidos nos Departamentos a*
74 *fim de melhor subsidiar os representantes na Congregação*”. Informou ainda que
75 esses pontos já foram distribuídos há seis meses, sendo inclusive inserido em pauta
76 de Congregação pela terceira vez, e por isso esse pedido nos surpreendeu. O Vice-
77 Diretor esclareceu que o item 8 já foi discutido em Congregação de 17/10/2014 tendo
78 sido proposto alguns ajustes, que foram feitos e agora estão sendo apresentados
79 para apreciação e por isso não julga necessário que este ponto seja retirado de
80 pauta, mas acata a decisão da Congregação. Com relação aos demais itens, lembra
81 que o mais recente foi apresentado na reunião de Congregação de dezembro e,
82 portanto, é de amplo conhecimento. Depois de algumas argumentações por parte
83 dos membros, e esclarecimentos prestados, foram apresentadas duas propostas,
84 que foram votadas: **1ª**: retirada dos três itens de pauta (7, 8 e 9) = 05 (cinco) votos.
85 **2ª**: retirada dos itens 7 e 9 = 23 (vinte e três) votos. Contrários = zero, abstenções =
86 08 (oito) votos. A senhora Diretora propôs a realização de uma reunião extraordinária
87 para tratar especificamente dos dois assuntos (itens 7 e 9) em início de junho. **3)**
88 **Aprovação dos pareceres da comissão avaliadora de promoção para Professor**
89 **Titular dos candidatos da área de Ecologia e Botânica:** primeiramente o Vice-
90 Diretor agradeceu às Chefias dos Departamentos de Biologia Geral e Botânica pela
91 colaboração com a Diretoria e à comissão que aceitou trabalhar em um prazo de
92 tempo muito curto. Considerou um sucesso o trabalho da comissão e o barema
93 extremamente bem feito. Informou que a comissão foi extremamente rigorosa e ao
94 mesmo tempo cordial com os candidatos. A comissão composta pelos professores
95 Denise Maria Trombert de Oliveira, ICB/UFMG, Nilo Bazzoli, PUC-MG; Rui Cerqueira
96 Silva, Departamento de Biologia, UFRJ; John Du Vall Hay, Departamento de
97 Ecologia, Universidade de Brasília, avaliou os candidatos: Alessandra Giani, Claudia
98 Maria Jacobi e Marcos Calisto de Faria Pereira. Apresentou os pareceres emitidos
99 pela comissão, sendo todos os candidatos aprovados pelos quatro membros da
100 comissão. A Congregação votou favorável aos pareceres. Em seguida o Vice-Diretor,
101 Prof. Carlos Rosa, solicitou permissão para prestar esclarecimentos sobre inscrições
102 para promoção para Professor Associado e Titular, com relação às datas de
103 interstício e de requerimento de promoção. Na Resolução 01/2008, Art. 48 diz que “*a*
104 *progressão terá vigência a partir da data do requerimento, ou do vencimento do*
105 *interstício, se este for posterior ao requerimento.*” Em vista disso, alertou a todos que
106 as datas máximas para requerimento de promoção, conforme consta na Resolução
107 04/2014, é dia 31 de março para quem completa o interstício até 31 de julho e dia 31

108 de agosto para quem completa o interstício em 31 de dezembro. Entretanto, para
109 que não percam rendimentos, aqueles que completam o interstício antes de 31/03 e
110 antes de 31/08, devem fazer a requisição antes desta data máxima, para que
111 prevaleça a data do requerimento. Houve a proposta de que os candidatos
112 pudessem se inscrever, apresentando a documentação na data do protocolo ou na
113 data limite prevista na Resolução. A Congregação votou, com uma abstenção, a
114 indicação de que toda a documentação seja entregue no ato da inscrição. Além
115 disso, pediu autorização da Congregação para deixar de solicitar os relatórios INAs
116 para inscrição das promoções, como vinha sendo pedido, e se restringir à
117 documentação solicitada na Resolução 04/2014. A Prof^a. Denise Trombert, que
118 presidiu a primeira comissão avaliadora de promoção para Professor Titular,
119 considerou importante ter os INAs dos candidatos, pois o currículo Lattes não
120 contempla as cargas horárias destes. A Prof^a. Andréa Macedo sugeriu substituir por
121 declaração emitida pelo Departamento, que o candidato teve os seus dois últimos
122 relatórios INA aprovados. Desta forma, foi colocada em votação a proposta de que a
123 Congregação sinalize a apresentação de uma documentação complementar ou acate
124 somente a documentação solicitada na Resolução 04/2014. Com uma abstenção e
125 04 votos contrários, a proposta de apresentar uma documentação complementar
126 venceu. Em seguida foi votada e aprovada que essa documentação fosse uma
127 declaração no lugar do INA e, por conseguinte, votou-se a sugestão da Prof^a.
128 Andréa, de que a declaração contivesse a informação de que os INAs foram
129 aprovados. A essa votação obteve-se 22 votos favoráveis e 05 abstenções. Foi
130 autorizada à Diretoria a possibilidade de solicitar aos Departamentos que
131 disponibilizem os INAs dos candidatos à promoção, caso seja solicitado pelas
132 comissões. **4) Processo de Estágio Probatório do Prof. Remo de Castro Russo:**
133 A Prof^a Andréa Macedo fez histórico, lembrando que o processo iniciou no ano
134 passado, tendo sido atípico, pois houve dois pareceres, um da comissão designada
135 pelo Departamento, que emitiu um parecer desfavorável à aprovação do Estágio
136 Probatório e outro da Comissão de Recursos Humanos (CRH), assessora da
137 Congregação, que ao avaliar todo o processo concluiu que havia sido incluído no
138 processo documentação fora do prazo e que essa documentação é que teria levado
139 a conclusão pela reprovação do estágio probatório. A CRH atendo-se apenas ao
140 prazo estabelecido para análise entendeu que não haveria indícios de que o
141 professor não tivesse cumprido as atribuições esperadas para a classe e, portanto,
142 sugeria que o estágio probatório fosse aprovado. Houve desconforto por parte da
143 Congregação, por haver dois pareceres contrastantes. Foram feitas algumas
144 diligências junto a CPPD e Reitoria, e a conclusão foi de que quem deve sugerir ao
145 Reitor a aprovação ou não do Estágio Probatório do docente é a Congregação.

146 Neste momento a Diretora anunciou que, conforme havia sido pedido, estava ali de
147 posse dos dois pareceres e pediu de maneira enfática aos membros da
148 Congregação para que fizessem a opção, com base no seu convencimento para um
149 assunto de extrema relevância para o Instituto, porque ficar com um servidor não
150 adequado às diretrizes, aos princípios e às expectativas do ICB por 30 anos, não
151 seria apropriado, mas que por outro lado, excluir um servidor adequado seria
152 indesejável. O Prof. Carlos Rosa esclareceu que houve consulta à Procuradoria
153 Jurídica (PJ) da UFMG sobre qual prazo deveria ser utilizado para a avaliação do
154 estágio probatório. A PJ manifestou como período de avaliação 30 meses e,
155 portanto, nenhum documento além desse prazo deveria ser considerado para não
156 ferir o princípio da igualdade. A Comissão de Recursos Humanos se ateuve a esse
157 período de 30 meses ao emitir o seu parecer. Seguiu-se a esse esclarecimento uma
158 ampla discussão. Alguns membros relataram o empenho do docente em melhorar, já
159 estando inserido em Percurso Formativo ofertado pelo GIZ. Outros argumentaram
160 que como houve avaliação negativa dele por parte de alunos, levantando dúvidas
161 quanto ao seu perfil como professor, talvez aqui não fosse o melhor lugar para ele
162 trabalhar. O Chefe do Departamento de Fisiologia e Biofísica prestou os
163 esclarecimentos solicitados. Houve a manifestação de um membro da Congregação
164 de que a opinião do Departamento deve ser ouvida, e há casos em que a
165 permanência de certos docentes é prejudicial à Instituição. Ele ainda considerou
166 muito sério o que consta no parecer da comissão designada pelo Departamento: “o
167 *professor apesar de demonstrar boa produtividade científica, apresenta um*
168 *desempenho didático e relacionamento com alunos de graduação bastante ruim. Em*
169 *várias disciplinas a maioria dos alunos avaliou como péssimo o desempenho do*
170 *Professor frente à turma. Além disso, há relatos de ausências não justificadas em*
171 *salas de aula e dificuldades de relacionamento com alunos. O professor foi também*
172 *desligado do curso do Mestrado Profissional em Inovação Farmacêutica por não*
173 *cumprir as atividades a ele designadas pelo Colegiado do Curso e referendadas pela*
174 *Câmara Departamental, sendo esta função objeto específico de sua contratação,*
175 *conforme mencionado no Edital Nº 569 de 04 de agosto de 2010.(...) Durante a*
176 *entrevista a Comissão detectou uma dificuldade do Professor Russo em aceitar as*
177 *determinações da Chefia e da Câmara do Departamento para os encargos a ele*
178 *designados.” Em vista disso tudo, houve a manifestação de que o professor deve ser*
179 *demitido. Alguns consideram que mesmo depois que ele adquirisse estabilidade,*
180 *ainda assim, poderia ser instaurado um processo administrativo, com possibilidade*
181 *de demissão, caso ele não melhorasse seu desempenho. O Chefe do Departamento*
182 *de Fisiologia e Biofísica, da gestão passada, disse que o problema do Prof. Remo*
183 *não é só não saber dar aula; é também não aparecer para dar a aula, não cumprindo*

184 seus compromissos. Deixou claro que o professor foi devidamente aconselhado e
185 esclarecido quanto à necessidade de solicitar afastamento, para resolver seus
186 problemas pessoais. O que culminou com a exclusão do Prof. Remo do Colegiado do
187 Programa de Pós-Graduação em Inovação Biofarmacêutica foi a sua declaração em
188 reunião do Colegiado do dia 20/06/2013, que *“não teria capacidade para ministrar*
189 *esse curso”* referindo-se a disciplina do programa Farmacologia Geral. Indagado
190 *“porque não teria capacidade, uma vez que ele é biólogo e a linha de pesquisa desde*
191 *o mestrado e doutorado é na área de imunofarmacologia”* ele *“reafirmou que não se*
192 *considerava apto para ministrar a disciplina”* e quanto à disciplina de Patentes I,
193 *“respondeu que não se considerava preparado e que não tinha nenhum interesse em*
194 *se envolver com essas questões”*. Foi ressaltado que o docente foi aprovado em
195 concurso para vaga vinculada exatamente ao programa de Mestrado em questão. A
196 parecerista da CRH questionou como um docente que tem dificuldades em aceitar as
197 determinações da Chefia e da Câmara do Departamento para os encargos a ele
198 designados, e não sabe dar aula, tem atribuição de carga horária média de 10 horas.
199 A senhora Diretora explicou o porquê de não ter sido constituída uma terceira
200 comissão como sugerido na reunião da Congregação anterior. Ficou decidido que
201 seria feita uma consulta a PJ se o parecer da CRH poderia sobrepor o parecer da
202 Comissão Avaliadora instituída pelo Departamento ou se era legal a Congregação
203 votar um parecer diferente daquela Comissão. Nos entendimentos de que a
204 Congregação não poderia votar um parecer contrário ao da Comissão Avaliadora
205 seria constituída uma nova comissão porque a primeira teria usado documentação
206 fora do prazo. Ficou esclarecido, todavia, (baseado em consultas sobre legalidade)
207 que a Congregação tem poder para votar contra qualquer parecer, mesmo sendo
208 parecer de uma comissão nomeada por ela para esse fim. Em seguida, a senhora
209 Diretora ressaltou que os documentos fora do prazo de avaliação devem ser
210 desconsiderados para o julgamento e arguiu a Congregação se estaria devidamente
211 esclarecida e apta a votar o parecer da Comissão de Recursos Humanos.
212 Apresentou também a opção que a Congregação poderia decidir por não votar
213 naquele dia. Ficou esclarecido pelo Prof. Carlos Rosa que o parecer da CRH não
214 inclui nenhum documento fora do prazo. Procedendo a votação, houve 18 votos
215 favoráveis e 14 votos contrários a votar o parecer nesta reunião. Com esse resultado,
216 tendo sido lido o voto do parecer da Comissão de Recursos Humanos, passou-se a
217 sua votação, obtendo-se 11 votos favoráveis, 11 votos contrários e 10 abstenções.
218 Com esse total de 32 votos, a Secretária detectou que havia a falta de um voto,
219 mesmo considerando a disposição da Diretora de votar apenas em caso de empate.
220 Considerando que o total de votos não coincidia com o número de membros
221 presentes, pediu-se a recontagem dos votos e apurou-se então: 10 votos favoráveis,

222 12 votos contrários e 10 abstenções. Embora sendo apurado resultado diferente da
223 primeira votação, manteve-se a totalização dos votos, reforçando que um membro
224 não manifestou seu voto. Como o número de abstenções foi menor que os demais, o
225 segundo resultado foi considerado válido, e a indicação foi pela reprovação do
226 estágio probatório do docente. **5) Estágios Probatórios:** não avaliado. **6)**
227 **Progressões funcionais:** não avaliado. **7) Proposta de liberação de encargos**
228 **didáticos de Professores do ICB:** a ser discutido em reunião extraordinária em
229 junho. **8) Proposta de Resolução que modifica a Res.01/94 que institui a CRH –**
230 **Docente:** não avaliado. **9) Proposta de Resolução que modifica a composição da**
231 **Congregação:** a ser discutido em reunião extraordinária em junho. **10) Outros**
232 **assuntos:** não houve. Pelo adiantado da hora, a reunião foi encerrada e lavrada esta
233 ata que será assinada pelos membros que a aprovarem.

234

235

236 Ata aprovada em sessão realizada em 15 de maio de 2015.

237

238 Mariangela Borges

239 Secretária-geral do Instituto de Ciências Biológicas

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258